

CAMPANHA SALARIAL 2012

Acordo Coletivo é fechado com avanços significativos

Categoria aprovou contraproposta da DESO; com este acordo, diferenças entre antigos e novos trabalhadores quase não mais existe

Depois de três rodadas de negociações entre SINDISAN e a DESO, foi chamada uma assembleia no último dia 10/11, com presença muita boa de companheiros e companheiras, com destaque para os companheiros do interior, que marcaram presença em bom número.

Nesta assembleia foi lida a proposta enviada à DESO e a contraproposta que a empresa enviou. Depois de muitas discussões e avaliações, com ressalvas e supressão, foi aprovada por maioria da assembleia a contraproposta, com destaques: 5,98% de reposição do INPC, ticket-alimentação no valor de R\$ 500 (quinhentos reais), em dois níveis de progressão para os companheiros admitidos a partir de 2004, e mais R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) de bonificação para os companheiros que estejam aposentados e deseja sair, garantindo as cláusulas de acordos anteriores.

Há muito anos que o Acordo Coletivo não fechava em novembro, precisando negociar os pagamentos retroativos. Este foi mais um destaque deste acordo.

Diante da atual conjuntura, foi o que conseguimos nas negociações. Avaliamos que houve ganho real para os companheiros admitidos a partir de 2004 e mantivemos as conquistas dos acordos anteriores. A partir deste acordo, não existe mais diferença entre novos e antigos (só a jornada de trabalho)

É hora de construir a unidade da categoria, pois durante estes anos o sindicato conseguiu, através de mobilização e denúncias as diferenças existente dentro da categoria, e com isto conseguimos para os companheiros admitidos a partir de 2004, ano a ano, assistência médica, gratificação de férias, licença prêmio, anuênio, antecipação de dois níveis, e a implantação do PCCR na vigência deste acordo.

S. CRISTÓVÃO

Trabalhadores do SAAE podem acionar Justiça

Os trabalhadores do SAAE de São Cristóvão estão preocupados com os constantes atrasos dos salários. Isso já vem acontecendo há dois meses: metade sai no dia 26, a outra no início do mês seguinte; depois disso é invertido, e assim vem acontecendo.

Comentam também que os trabalhadores que são comissionados chegam a receber o seus salários com quase um mês de atraso. Isso nunca aconteceu no SAAE, desde a sua fundação, é o que comentam os trabalhadores da autarquia. Isso também aconteceu na Prefeitura, só que a Justiça foi provocada e bloqueou as contas da mesma, e está pagando os trabalhadores.

Alguns trabalhadores estão pensando em procurar a Justiça para evitar que os mesmo fiquem sem receber os seus salários em dia, e que não fiquem sem receber o décimo terceiro salário.



| Em maioria absoluta, a categoria aprovou a contraproposta da DESO, fechando acordo



OPINIÃO

Acordo coletivo: avançamos, e muito!

Fechado o Acordo Coletivo com a DESO. Algumas reflexões precisam ser feitas, reflexões tanto do ponto de vista da nossa organização, quanto do ponto de vista dos rumos da DESO. Estamos próximos da realização de um novo concurso e precisamos estar preparados para uma nova realidade dentro da DESO.

Um grande passo foi dado nesta campanha salarial, porém não podemos esquecer que ainda há discrepâncias entre os trabalhadores. E neste sentido, temos que idealizar a DESO que queremos para nós, e também pra quem está por chegar. Não podemos esquecer as promessas não cumpridas, os períodos de opressão, e os momentos de luta que nos trouxeram até aqui. E assim, cabe lembrar alguns momentos vividos nesses últimos oito anos.

No momento em que a DESO começou a contratar os empregados admitidos através do último concurso, já havia uma dívida histórica com os trabalhadores. Dívida nunca quitada! Haviam prometido revisar o Plano de Carreira para as classes salariais de 1 a 9, em 1995, e até hoje não se honrou esse compromisso. Naquela época a DESO preferiu dar continuidade a polí-

tica de *apartheid* que já havia, contraindo os novos empregados sem uma série de direitos previstos dentro da empresa, tais como hora extra refeição, adicional noturno, cesta alimentação, gratificação de férias, licença prêmio, anuênio, assistência médico-hospitalar, turno corrido, auxílio funeral, auxílio educação, indenização por morte, fornecimento de alimentação, transporte, e nem o Plano de Carreira. Esse era o cenário naquela época.

Talvez quem tenha ingressado na DESO após 2007 não tenha a dimensão de quão dura foi a batalha até chegarmos aqui. É até um equívoco achar que avançamos pouco. Avançamos muito, e quem está na DESO desde 2004 sabe bem o tamanho destes passos.

Durante esses oito anos passaram-se dois governos, do DEM e do PT, e nesse período toda a nossa luta foi priorizada na extensão dos direitos entre os que já estavam com os que acabaram de chegar. Até a chegada do PT ao governo, ano a ano os acordos coletivos acenavam para a diminuição das diferenças existentes entre os trabalhadores.

Porém, com a chegada de Max Montalvão à direção da DESO, houve

uma freada nestas conquistas. Indicado pelo governo, o ex-sindicalista virou um gestor autoritário, e as propostas de mudanças foram esquecidas em nome da manutenção da política discriminatória. A ideia de ter um funcionário da casa na época deixou toda a categoria eufórica. Quanta decepção! Não honrou compromissos e se mostrou um desastre como gestor. Foi necessária a saída de Max para que pudéssemos retornar os avanços paralisados na sua gestão.

Agora, temos três grandes desafios pela frente: lutar pela implantação de um Plano de Carreira justo, de plano de saúde que supra as necessidades dos trabalhadores, e acolher os futuros colegas de forma adequada, priorizando um tratamento justo e igualitário.

Porém, só continuaremos avançando com a participação de todos. É hora de aparar as arestas e juntarmos forças, porque a luta a partir de agora deve ser uma só. Não podemos deixar a DESO contratar mais trabalhadores de forma precária. É o momento de assumir uma postura coesa para que todos avancem, sem ninguém ficar para trás. Chegou a hora de abandonarmos as palavras "novos" e "antigos". Somos uma só categoria!

COHIDRO

Justifica, mas não explica...

Diretores do SINDISAN reuniram-se com a diretoria da Cohidro para avaliar as cláusulas do Acordo Coletivo que não estão sendo cumpridas.

Segundo o diretor administrativo, a administração está engessada por um decreto do governo, mas assegura que a Gratificação de Substituição será paga (não disse quando).

Questionado sobre o Auxílio Saúde, ficou de apresentar como é feita a dedução da contribuição de cada um dos funcionários, mas não soube explicar porque não teve aumento do repasse, já que os salários foram reajustados.

SÃO CRISTÓVÃO

SAAE há 50 meses não paga o INSS dos trabalhadores

Trabalhadores com tempo de aposentadoria estão encontrando dificuldades para se aposentar. O motivo principal é a falta de recolhimento dos descontos do INSS. Nem a parte descontada dos trabalhadores foi paga.

Vários deles compareceram ao órgão previdenciário para dar entrada na aposentadoria, a atendente solicitou que fossem levados os contracheques, pois o

INSS, mostra que por vários anos a Autarquia, mesmo com o desconto dos trabalhadores, não está repassado os descontos para a Previdência Social.

Levados os contracheques, a atendente não recebeu e, segundo ela, iria mandar um perito ao SAAE. É são mais ou menos 50 meses em atraso, desses, 15 foram deixados até 2005. Quanto ao FGTS, é maior que o débito com o INSS.

DADOS/IBGE

Mais de 70% dos municípios não têm política de saneamento

Dados inéditos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que 71,8% dos municípios não possuíam, em 2011, uma política municipal de saneamento básico. A estatística corresponde a 3.995 cidades que não respeitam a Lei Nacional de Saneamento Básico, aprovada em 2007.

A maioria (60,5%) não tinha acompanhamento algum quanto às licenças de esgotamento sanitário, além da drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e do abastecimento de água. Em quase metade das cidades do país (47,8%), não há órgão de fiscalização da qualidade da água.

Segundo a "Pesquisa de Informações Básicas Municipais", a Munic, 1.569 cidades possuíam políticas dessa natureza, isto é, 28,2% dos 5.564 municípios brasileiros. A Lei 11.445, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico, determina que todas as cidades devem elaborar seus respectivos planos municipais.

O decreto diz ainda que as prefeituras devem estabelecer mecanismos de fiscalização quanto ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, entre outros.

No entanto, 4.060 municípios (73%) ainda não aprovaram normas neste sentido, para qualquer um dos serviços de saneamento básico.

Entre as cidades que têm estrutura específica, isto é, gestores públicos responsáveis por ações referentes ao tema, 768 (48,9%) definiram metas e estratégias por meio de planos municipais devidamente aprovados pelo poder legislativo local. Já 759 municípios (48,4%) utilizavam prestação de serviços e/ou realizavam processo licitatório.

Menos da metade (46,1%) das cidades que possuem planos municipais de saneamento básico direcionam esforços para ações emergenciais e de contingências.

(Fonte: UOL/Rio)



ESTÂNCIA

Servidores aguardam novo diretor

A diretora-superintendente já está "arrumando as malas". Não quis negociar com o SINDISAN a pauta de reivindicações dos servidores, nem mesmo deu o reajuste da inflação. E ficou para a nova administração as ações trabalhistas de "retroativo de insalubridade e gratificação".

Os servidores aguardam melhores cuidados e melhor disposição do novo diretor, que comandará a autarquia, com os que fazem e são efetivos do SAAE. Boa vontade, trabalho sério e disposição com certeza ele encontrará em cada servidor.

ESPECIAL

A Justiça reconhece direito de trabalhador estanciano

No dia 29 de outubro do corrente, a 7ª Vara Federal (Estância) reconheceu o direito à aposentadoria especial do operador de ETA do SAAE de Estância, condenando o INSS ao pagamento de valores atrasados desde o requerimento administrativo (em meados do ano de 2010) até a data da efetiva implantação do benefício, bem como o do próprio benefício.

Ressalta-se que neste caso o empregado trabalhou, até a data do requerimento, um período de aproximadamente 29 anos e, nesse contexto, convertendo o supracitado período especial para comum, chegou-se ao tempo total de 40 anos e 8 dias, o que basta para a concessão do benefício da aposentadoria por tempo de contribuição integral.

Além do mais, o PPP emitido pela empresa referendou uma exposição a ruído de 93,5 decibéis, fator este que caracterizou a excessiva exposição frente ao que a legislação estabelece como limite.



DESCASO

Perímetro da Ribeira: de modelo ao total abandono

Há muito tempo que o Perímetro da Ribeira, em Itabaiana, deixou de ser prioridade para os governos. De referência para o Banco Mundial, como modelo de projeto de irrigação, ao abandono e falência foi um caminho lento e tortuoso, findando com a falta de investimentos nos últimos governos e o sucateamento acelerado da Cohidro.

Os últimos investimentos por parte do Governo do Estado não foram capazes de melhorar as condições de trabalho no Perímetro da Ribeira. As fotos desta matéria falam por si. A sua estrutura está totalmente sucateada e as condições de trabalho são péssimas.

Sem contar o desestímulo para os servidores que trabalham na área. Sequer o transporte oferece condições para locomoção diária com comodidade e segurança.

Fala-se muito na revitalização da Ribeira, mas até agora está só no papel. Na prática, os servidores continuam sem as mínimas condições para atuar nos perímetros irrigados.

O descaso é tanto que foi comprado um ar-condicionado para o escritório há mais de um ano. Precisava só da instalação elétrica. Até hoje o aparelho está parado, sem uso, porque a instalação não foi feita.



| RUÍNA: Estrutura do prédio do escritório, sem reforma, já tem estruturas comprometidas



| SUCATA: Este é o ambiente de trabalho no escritório, com móveis totalmente sucateados



| DESCASO: Ar-condicionado precisa somente de instalação, o que até hoje não foi feito

ASSEMBLEIA - COHIDRO

Convocamos todos os trabalhadores e trabalhadoras para uma Assembleia Geral, a ser realizada no dia 26 de novembro de 2012, segunda-feira, às 8h30, na sede da COHIDRO, com os seguintes pontos de pauta:

- Informes;
- Campanha Salarial 2013/2014;
- Carta Sindical;
- O que ocorrer.

A Direção do SINDISAN